

EMILIA PIETRAFESA DE GODOI
MARILDA APARECIDA DE MENEZES
ROSA ACEVEDO MARIN
(Orgs.)

Diversidade do campesinato: expressões e categorias

Construções identitárias e
sociabilidades

volume 1



8

METAMORFOSES DE UM CAMPEPINATO NOS BAIXO AMAZONAS E BAIXO XINGU PARAENSES

Edma Silva Moreira
Jean Hébette

INTRODUÇÃO

Ao falar de campesinato, nos referimos a um modo de vida específico, amplamente estudado nas disciplinas como a Economia, a Sociologia e a Antropologia, e, em particular, nesta História Social do Campesinato no Brasil. Um modo de vida marcado, principalmente, pela relação direta de determinados grupos rurais com a natureza como base de sua produção material e de sua reprodução social, e por sua organização social baseada na família nuclear, no parentesco e na convivência coletiva em vizinhança (Galeski, 1977, p.133-62; Shanin, 1976, p.15-39). Um modo de vida, portanto, que, pela mediação de suas características materiais, sociais e simbólicas, fundamenta uma identidade específica.

Em nosso entendimento, esse modo de vida camponês abrange uma variedade de atividades produtivas; não só as ligadas à agricultura ou à criação de animais, como também à pesca dita artesanal e a tantas outras formas de extrativismo (Hébette; Magalhães; Maneschy, 2002).

Por metamorfose do campesinato entendemos uma mudança significativa nesse modo de vida coletivo, e não uma simples mudança de denominação, como “agricultura familiar” em substituição, por comodidade pragmática, a “campesinato” (Carvalho, 2005, p.24-5). Trata-se de uma mudança vivida pelos camponeses em seu cotidiano, expressa na mudança multiforme de autodenominações identitárias, com frequência traduzidas e até traídas no respectivo léxico teórico dos estudiosos. O objetivo deste capítulo não permite, nos limites de seu propósito e de nossa competência, uma análise antropológica minuciosa dessas autodenominações; as limitaremos às mais clássicas de: “negro”, “crioulo”, “escravo” ou “neto(a) de

escravo(a)”, de “descendentes de quilombos”, de “trabalhador da seringa” ou “da roça”, de “castanheiro”, de “morador de beira de rio”, de “criador da várzea”, de “vaqueiro”, de “remeiro” e de “piloto”, que compõem a linguagem de nossos interlocutores. Como se verá, essas denominações identitárias fazem referência tanto à atividade e à localização geográfica quanto à condição jurídica e à etnia.

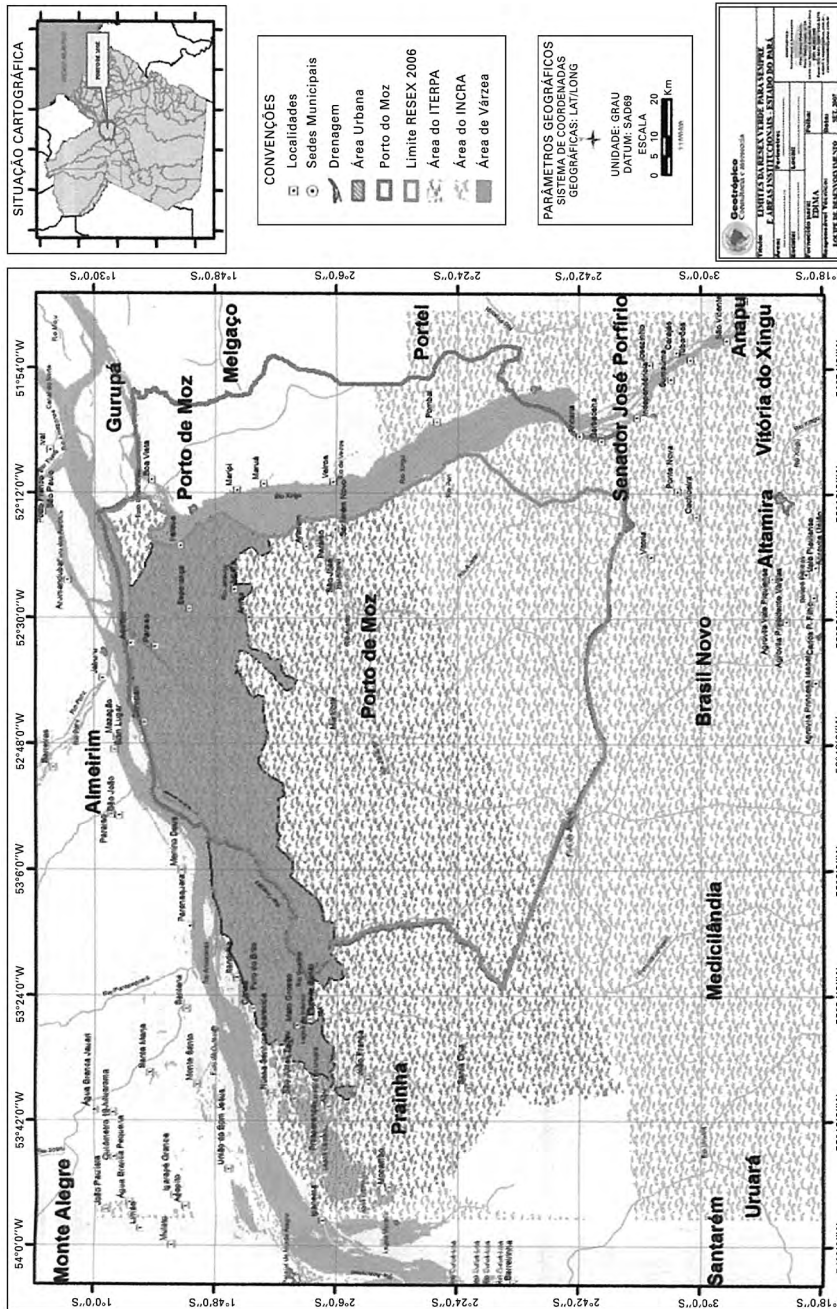
Ao falar de um campesinato do Baixo Amazonas e do Baixo Xingu paraenses, isto é, dos atuais municípios localizados a oeste do arquipélago de Marajó (Gurupá, Almeirim, Senador Porfírio e, mais particularmente, Porto de Moz, no centro desse conjunto) (Mapa 1), estamos, na verdade, reordenando, em nível abstrato, vários campesinatos históricos distribuídos em espaços e tempos diferenciados, como se constituíssem uma amostra representativa da diversidade campesina amazônica, da mesma maneira em que se fala “da” floresta amazônica ou “da” Amazônia, como se fossem uma só e não plurais.

Como muitas outras populações amazônicas não primordiais,¹ as populações mestiças daquela área sofreram, no decorrer dos dois últimos séculos, profundas transformações em sua organização social, seu modo de vida e sua identidade. Nossa hipótese é que, por meio daquelas alomorfias, é um verdadeiro campesinato que, em suas diversas modalidades no espaço e no tempo, sucede às populações primordiais.

O nosso interesse pela história social daquele campesinato surgiu de contatos diversos, estendidos ao longo de dez anos, com as populações que ali vivem; é a preocupação de entender a vida delas que nos levou a ouvir os anciãos contarem suas memórias, e seus descendentes lembrá-las para nós como as tinham ouvido deles – e, eventualmente, as tinham reelaborado: como tinham chegado àqueles lugares, até então ainda ocupados pelos povos primordiais? Em que lugar e momento precisos? Para fazer o quê? E como o tinham feito? E o que os levava a se manterem distantes da civilização urbana? Como escreve Braudel (1969, p.56, tradução nossa) a propósito da *longue durée*: “o tempo de hoje data ao mesmo tempo de ontem, de anteontem, de outrora”. É assim que aqueles testemunhos, acrescidos de documentos locais e de algumas leituras muito valiosas, formam as fontes deste artigo.

É, possivelmente, pouco material para falar de cerca de um século e meio do que chamamos um campesinato regional; mas, como enfatiza Duby (1975, p.15), é muitas vezes com base em simples “indícios”, “traços”, dispostos “cada um no seu lugar nas duas dimensões do espaço e do tempo”, que se recompõe a história. Como ele, muitos outros tiveram de trabalhar mais com hipóteses do que com evidências, em razão do material documental deficiente, “cuja descoberta está sujeita ao acaso e a distribuição é muito irregular e fragmentada” (Duby, 1980, p.15). Mas, decididamente, a

¹ Usamos essa designação de preferência à de indígena.



Mapa 1 – Localização das microrregiões do Baixo Xingu, no Pará, com destaque para Porto de Moz com sua Resex.

melhor justificativa do uso de informações fragmentárias nos foi dada pela importância que tiveram no discurso que sustentou a luta recente dessas populações pelo reconhecimento de sua identidade camponesa e pela conquista de sua Reserva Extrativista Verde Para Sempre, em Porto de Moz.

LEMBRANDO ALGUNS GUIAS TEÓRICOS

Na caracterização do campesinato das sociedades ocidentais modernas há certo consenso, além das mencionadas na introdução, sobre algumas outras características fundamentais, como sua inserção num contexto que, geralmente, o transcende: “O campesinato sempre existe dentro de sistema maior” (Wolf, 1976, p.22); uma inserção, porém, que não o priva de certa autonomia: a “autonomia relativa das comunidades camponesas frente a uma sociedade envolvente... que as domina” (Mendras, 1978, p.14). Shanin (1976, p.16; tradução nossa), por sua vez, ressalta não somente o caráter relativo, como também o caráter histórico e, portanto, variável, dessa autonomia, que pode ser quebrada pelas “redes mais ou menos centralizadoras de dominação que penetram o campo, unindo a hegemonia política e cultural com a exploração por parte dos terratenentes, do estado e da cidade”. Interessante essa menção aos aspectos político e cultural da inserção do campesinato e sua dominação na sociedade envolvente, que contrasta com a visão economicista mais corrente que enfatiza a inserção através, principalmente, do mercado. A respeito desse caráter histórico das sociedades camponesas, Wolf (1976, p.27) observa que, conforme os contextos históricos, o papel do camponês foi “relegado a um segundo plano”, enquanto, em outros contextos, os camponeses tradicionais constituem “a esmagadora maioria da população”, conferindo-lhe um papel importante na estrutura social. Essa observação, aliás, pode ser considerada tanto em relação à inserção em nível macro de um país ou de uma cultura específica de uma época, como se faz em geral, quanto em nível local, como verificado no caso de Porto de Moz, onde o campesinato, apesar de não dispor de “maioria esmagadora”, conseguiu vencer as resistências violentas dos madeireiros e de todo o governo local em sua luta pela conquista da reserva extrativista. Ao caráter histórico e variável do campesinato, Shanin (1976, p.42) acrescenta e exemplifica a heterogeneidade regional das sociedades camponesas: “As diferenças entre ‘campesinatos regionais’ têm suas raízes em disparidades de condições naturais, na história passada e no marco social mais amplo”. A esta heterogeneidade regional, há de acrescentar certa heterogeneidade interna constituída por pessoas (letrados, oradores, poetas e cantores) e por funções (comerciante, ministro de cultos, padre, pajé, curador, parteira, que se sobressaem pelo prestígio e poder que os habilitam a mobilizar o povo e representá-lo perante instituições civis e políticas) (Mendras, 1978, p.120-1).

É nessa perspectiva de inserção e enraizamento em contextos globais, com seus condicionantes, que desenvolvemos esta análise. Nesse sentido, a originalidade das transformações no campesinato do Baixo Amazonas e do Baixo Xingu diz respeito, em primeiro lugar, ao brusco e violento choque físico (dizimação de populações) e cultural (organização tecnológica e social) e, em segundo, à origem desse choque, resultando de intervenções institucionais, de ordem econômica e política, externas à região amazônica e, com frequência, sob pressão externa.

CONDICIONANTES HISTÓRICOS DAS METAMORFOSES E MEIO ENVOLVENTE

Geralmente inserido numa determinada sociedade abrangente, o campesinato não deixa de interagir com ela e reagir aos impactos, positivos ou negativos, que dela vem recebendo. Pode-se aqui propor algumas datas significativas no caso em estudo:

- a) as primeiras décadas do século XIX no Pará. Cedo, naquele início de século, nos anos 1820, mais precisamente, fizeram se sentir as contradições de uma sociedade originada em etnias de pelo menos três continentes: povos primordiais, colonizadores europeus e escravos africanos. Os europeus dominando. Tornavam-se freqüentes as fugas dos dominados. Na ocasião da convocação das Cortes portuguesas para deliberar sobre o estabelecimento de um regime constitucional reclamado pela revolução de Porto de 1820, e que resultou na independência do Brasil, afloraram na arena pública da província essas contradições sociais e políticas da província, dividida em campos antagônicos. Não resolvidas, essas contradições ressurgiram com maior violência na década de 1830. Modestos e pequenos proprietários rurais, trabalhadores mestiços e tapuios (índios) e escravos se levantaram contra a dominação portuguesa, chegando a conquistar temporariamente o poder, o que ficou conhecido como Cabanagem.² Seguiu-se uma repressão selvagem que se estendeu ao longo de muitos anos, até o fim dos anos 1830, obrigando os revoltosos a fugir e se esconder, formando quilombos (Prado Jr., 1947, p.135-48);
- b) os anos de 1870 em diante, com a exploração crescente das matas de seringueiras a serviço do capital industrial e financeiro europeu e norte-americano, alimentada pelo êxodo de nordestinos famintos, vítimas de secas sucessivas;

² Prado Jr. chama a atenção, em nota de rodapé: “Não confundir com as agitações de igual nome no sertão de Pernambuco e Alagoas, e que se estenderam de 1832 a 1835”.

- c) os anos de 1942 a 1945, com uma nova campanha da borracha pela incorporação compulsória de recrutas militares – “os soldados da borracha” – na extração do látex. Tratava-se de abastecer de borracha as tropas “aliadas” após a ocupação das ilhas do Pacífico, então as maiores produtoras mundiais, mas em mãos das tropas japonesas associadas ao Eixo Roma-Berlim;
- d) os anos de 1990 a 1995 abriram a região a novas modalidades de interação com o meio envolvente. Uma delas, de natureza política nacional: o enfraquecimento do regime militar. Outra, de natureza religiosa internacional: a penetração no campo das idéias do Concílio Vaticano II.

Ao contrário do que aconteceu no Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país em relação a suas respectivas transformações econômicas, políticas e culturais, as mudanças entre as populações rurais tradicionais amazônicas pouco foram, até hoje, divulgadas e conhecidas em nível nacional, inclusive no ensino, do fundamental à universidade; como referência exemplar nesse sentido a grande Coleção de História Geral da Civilização Brasileira. Foram necessários os alarmes econômicos e tecnológicos do relatório Meadows (1972) e das Conferências Internacionais sobre Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972, e do Rio de Janeiro, em 1992, para que essas populações despertassem a atenção do país. Salvo a luta dos seringueiros da década de 1980 e do assassinato do seu líder Chico Mendes, em 1988, a literatura de maior difusão nacional se restringia a alguns clássicos literários, como Tavares Bastos no seu *O Valle do Amazonas* (1866) e de Euclides da Cunha em seu *Um paraíso perdido* (1977).

A CEPA NEGRA DO CAMPESINATO REGIONAL (1820-30)

Pela proximidade de Belém, capital da província e foco principal da revolta cabana, e devido ao fraco povoamento e à frágil organização política da região em estudo, esta foi escolhida tanto por escravos fugitivos das fazendas desde o final do século XVIII (Weinstein, 1993, p.59) quanto por foragidos da repressão anticabanos dos anos 1830, caboclos e escravos negros. A historiadora Weinstein, que pesquisou exaustivamente jornais, cartórios de Belém e registros de posse do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), afirma que:

segundo relatos da época, a maior parte desses fugitivos não precisou ir para tão longe; parece que muitos se reagruparam nas partes mais atrasadas das regiões das Ilhas, ou ao longo dos trechos menos acessíveis dos rios Xingu, Trombetas ou Tapajós. (1993, p.60)

Acrescenta que “seus novos habitantes puderam dedicar-se a atividades de subsistência como o plantio da mandioca, a caça e a pesca, sem qualquer ameaça maior de serem perturbados”; e, ainda, “... na década de 1840, muitos caboclos e escravos começaram a dedicar parte de seu tempo à extração [do látex]” (ibidem). A propósito do estatuto social desses trabalhadores, a autora faz comentários que contrastam com as representações, hoje correntes, sobre a economia dos grandes seringais mais distantes, explorados nos anos posteriores, como no Acre. Naquela época e naqueles lugares mais próximos, escreve:

a extração da borracha contribuía para criar uma população relativamente autônoma de produtores semi-independentes, não sujeitos diretamente a qualquer forma de controle ou coerção... (ibidem, p.60)

Os negros eram tão bem integrados nessa população predominantemente indígena e mestiça que, só no ano de 2007, as organizações rurais de Porto de Moz, apesar de toda a luta por sua própria autonomia e pelo reconhecimento de sua identidade camponesa, despertaram pelo reconhecimento da identidade particular de alguns (são cinco) desses núcleos de quilombolas no município. Há, pois, indícios claros dessa presença negra. Um ancião de oitenta anos, lembrando as origens de sua família em Souzel, na segunda parte do século XIX, bem antes da emancipação dos escravos, testemunha:

A minha vó é dos crioulos, preta velha, do cabelo pixaim, e meu avô era um mineiro, dos olhos azuis; veio de Minas e casou-se com ela, né. Aí ela foi produzir e, dessa produção, é aquela..., aquele povo que tá lá naquela vila [de Bom Jesus, no rio Quati]: todos são a parentagem. (Manoel, 1997)

Segundo o atual coordenador do Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz (CDSFM), o quilombo de Maria Ribeira, no município de Gurupá, já foi reconhecido legalmente pelo estado do Pará (Jomaba, 2007). Em Porto de Moz, é o que contou um idoso de noventa anos, por nome Cabo Verde, morador da cidade, no bairro do Praião, quando este veio de Maria Ribeira com idade de dez anos: “Havia três famílias de pretos bem-pretos no Praião; casaram entre si e ficaram todos parentes” (ibidem). São citadas a sra. Diolanda, curandeira, e dona Umbelina, ambas com noventa anos, dona Penhona, dona Romana, que, conforme se conta, “tava marcada nas nádegas como escrava e nunca aceitava se desvestir diante de ninguém” (ibidem). Uma memória, portanto, transmitida de pais para filhos e netos, da presença de um campesinato local mesclado de ex-escravos camponeses.

Um militante de comunidade afirmou numa reunião recente com o Iterpa:

Conseguimos 27 pessoas para vir aqui. É um problema. No Maripi, [lado oriental do rio Xingu], somos descendentes de quilombos; temos orgulho disso e não escondemos. Trazemos a mais velha pessoa da comunidade aqui, com a gente, de

Metamorfoses de um campesinato...

94 anos, que nasceu e criou-se na nossa terra. Nós temos 70 famílias em 500 de frente, 2000 de fundo – imprensada pelos grandes. Não estávamos preocupados e agora estamos imprensados. Estou aqui acompanhado pelos companheiros; não vamos sair desta terra dos nossos pais. Lá existe um povo humilde que quer que é seu. Nós vamos lutar pelo que é nosso. (Zacarias, 2007)

Uma senhora muito idosa confirma:

Meu pai era mariscador e tinha muita fartura. Hoje a gente se acha fraco porque chegou muita gente e as coisas se acabaram. Minha mãe é muito orgulhosa porque criou os seus filhos sem vender terra. Hoje não temos mais terra para produzir. Meu vizinho vendeu a terra dele e ainda vendeu parte da nossa terra. Nós mesmos fomos fazer o serviço pra cortar o pique [do patrimônio], porque a gente era fraco. Mas nós não queremos deixar perder mais terra. Porque nós somos quilombos, também sou filha de índia, também sou caboclo, com pele cor da terra. A terra é nossa mãe, dali é que tiramos tudo pra viver. Nós estamos pedindo, nós estamos lutando para pedir pela nossa terra. (dona Santa Vieira)

O POVOAMENTO SERINGUEIRO (1850-1920)

Foi com a exploração econômica do látex extraído da seringueira e da maçaranduba que, a partir dos anos 1850-70, os seringais nos municípios estudados foram procurados por trabalhadores independentes. Segundo Weinstein (1993, p.60-1), a elite econômica tradicional do Pará desprezava a atividade extrativista, julgada inferior à agrícola e digna, apenas, de pessoas de baixa extração, genericamente assimilados a bandidos e desordeiros. Cita a autora o seguinte pronunciamento feito pelo vice-presidente da Província, em 1846:

Existem muitos criminosos, e alguns destes invadidos das prisões, desertores, escravos fugidos e outros indivíduos que, embora applicados, como se diz, no fabrico da seringa, vivem todavia como independentes. (Pará, 1946, apud Weinstein, 1993, p.61)

Eram os primeiros camponeses a adquirirem sua plena autonomia econômica, por desprezo das elites econômicas e políticas. Vale observar que, até hoje, prevalece esse preconceito em relação à coleta dos frutos da natureza, pois, quem valoriza a terra, entende-se, é o lavrador e, muito particularmente, o fazendeiro.

Mal conquistada, porém, sua liberdade, os seringueiros passaram a vê-la restringida por sua dependência de novos “patrões”, os donos de seringais e castanhais. De novo, essa transformação se deu por pressão econômica do capital industrial e financeiro do exterior, que só pensava na valorização do “Ouro Negro” (Vianna Moog, 1975). A Praça de Belém foi ocupada por

homens de negócios, comerciantes, donos de casas aviadoras e banqueiros estrangeiros, e os seringais entregues a elementos empreendedores “responsáveis” e “inteligentes”, nacionais e estrangeiros, como destaca Weinstein (1993, p.66), citando a consideração do presidente Araújo Brusque em 1862.

As áreas paraenses de seringueiras mais distantes da capital e de acesso mais difícil foram, então, apropriadas por nacionais de tino dinâmico e comercial, vindos, principalmente, de Ceará, Pernambuco e Minas Gerais. É assim que, já no 1º de fevereiro de 1875, era empossado como primeiro presidente da Câmara Municipal de Souzel o major José Leocadio de Souza: “Homem de acção, muito enérgico, trabalhador e empreendedor, foi o primeiro que iniciou a exploração da borracha no Alto Xingu” (Campos e Abreu, 1909, p.17). Tinha migrado de Vigia, no litoral paraense, com seus nove irmãos, entre os quais um sacerdote, padre Torquatro Antônio de Souza, cuja presença já era mencionada em 1846. Leocadio, por sua vez, lançou o Coronel Gaiozo, agricultor no Maranhão, mas natural do Piauí, à exploração da borracha e à abertura de uma estrada de 40 quilômetros para contornar a volta encachoeirada do rio Xingu. Na composição da Câmara municipal, encontram-se, também, os nomes de Luis Carlos Barbosa, vindo de Minas Gerais e Virgílio Jesus Tenório (ibidem). Possivelmente seja também o caso de João Teixeira e de Posidônio Frois, citados na ocasião. Sabe-se que os seringalistas empregavam índios e mestiços aos quais arrendavam estradas de seringueiras e dos quais comercializavam a produção com generosos lucros.

A posse legal da terra, segundo as leis de terra de 1850 e 1854, era condicionada à comprovação de sua exploração, mas sob essa figura técnica de “exploração”, entendia-se a produção agrícola e não a coleta, como a do látex da seringueira nativa (Weinstein, 1993, p.53-4) – o que pode explicar o plantio dessa árvore por velhos pequenos produtores ainda vivos. Esclarece, sobretudo, os enormes rebanhos possuídos por seringalistas naqueles anos em todos os municípios das ilhas da Baía do Marajó e dos municípios já mencionados (Montenegro, 1908, passim) e, portanto, os serviços de vaqueiros em fazendas, aos quais se referem velhos moradores (Simão, 2005). As variações climáticas do Trópico Úmido levavam, também, seringueiros independentes e seringalistas a alternar os tempos fortes de suas atividades entre a coleta do látex, de outubro a março, e a coleta da castanha, também abundante na região, de março a maio (Weinstein, 1993, p.75).

Com o desenvolvimento da indústria nos países hegemônicos, a exploração da borracha disparou no final do século XIX e se expandiu para o Amazonas e o Acre, dando origem às formas mais cruéis de exploração do trabalhador, bem conhecidas pelos estudos de Tavares Bastos (1866) e pelo romance famoso *La selva*, de Ferreira de Castro (1977). Na área em estudo, destacaram-se dois nomes de seringalistas, gravados na memória em traços bem contrastados.

O primeiro deles foi o coronel José Porfírio de Miranda Jr., cujo nome substituiu o do município de Souzel. Nascido na Bahia, exerceu a magistratura e o comércio em Teresina, no Piauí; veio ao Pará, onde comprou, em 1896, as terras de seu tio, tornando-se já em 1898 intendente de Souzel e deputado da província, quase sem interrupção, de 1904 a 1916. Chegou a controlar comercialmente toda a produção de borracha daquele município e do Alto Xingu, acima das cachoeiras.

José Porfírio estabeleceu um típico burgo rural semimedieval no meio daquela floresta cortada pelo rio Xingu, onde este faz uma grande volta, cheia de cachoeiras, que divide seus cursos médio e alto. No lugar chamado Vitória, no atual município desse nome, o coronel José Porfírio possuía um porto para o transporte de passageiros e cargas e grande centro comercial. Lá, possuía uma de suas residências, onde morava quando vinha ao município, pois suas atividades políticas exigiam sua presença na capital do estado e nos municípios de sua influência. Possuía neste centro, “um elegante palacete... tudo illuminado a gaz acetylino, tendo água canalizada em todos os aposentos e dependências”, puxada por bomba de um poço. “Uma larga avenida, arborizada com mangueiras, illuminada a gaz” levava para o “um aperfeiçoado engenho, por vapor, para fabrico de cachaça e asucar de canna [produzido em] “extensos cannaviaes”. Nesse local, estavam localizados, também, a sede de sua fazenda com avestruzes e pavões reais, acomodações para de cinquenta a 150 trabalhadores e uma loja, onde “o passageiro encontrará... quase tudo o necessário aos reclamos do passadio, da vida das gentes” (Campos, Abreu, 1909, p.86-7).

A população de Souzel era estimada, em 1908, em 8 mil pessoas.

Os moradores de Souzel ou dos outros pequenos centros povoados, espalham-se, acompanhados de suas famílias, pelas ilhas, igarapés e outros pontos da zona, para a faina de cortar seringueiras, defumar o leite d’estas e ganhar a sua existência. (ibidem, p.89)

Além dos seringueiros e dos trabalhadores das fazendas devem ser mencionados ainda vaqueiros, guias de muares, remeiros de montaria e pilotos de batelões, além, com certeza, de mecânicos. Os autores explicam que “escolas, só na sede do município” – um prédio imponente, como convinha; havia uma igreja, e se conhece os nomes do padre Torquato de Souza, e, posteriormente, do padre Theodozio Canovas Nogueira.

Após citar duas dezenas de afluentes do Xingu onde se encontram moradores, Campos e Abreu (1909, p.51) escrevem: “Em todos os cursos d’água citados, há borracha...; vão sendo pouco a pouco invadidos pelo seringueiros”, sugerindo que se trata de seringueiros autônomos. Acrescentam:

... agora é que começam os denodados seringueiros a procurar as localidades distantes ..., desenvolvendo com uma simplicidade grandiosa tantos actos de energia, de audácia, sendo realmente herões, obscuros embora e mesmo inconscientes. (ibidem)

Embora se fale de plantios de seringueiras, o seringalista na época não organizava a produção; seu lucro vinha da renda da terra e do comércio com esses heróis. Do comércio, porque trocava com eles o látex, cotado localmente em preços aviltantes, por mercadorias de seus barracões espalhados ao longo do rio: alimentos enlatados, querosene, fósforos, fumo, fazendas, redes de dormir e ferramentas, tudo vendido a preços elevados. Em 1907, existiam no município de Souzel 59 desses estabelecimentos comerciais (Campos e Abreu, p.84). De renda da terra, além do comércio, quando esses seringueiros tinham de arrendar as estradas de seringueiras situadas nas terras que o seringalista a si atribuía. É o que Wolf (1976, p.23-4) descreve como fundo de aluguel e os clássicos chamam a renda de terra, analisada por Marx. Martins (1989, p.140, n.7), nesse sentido fala de “mediação mais ampla que mescla lucro e renda fundiária”.

O segundo nome famoso foi do coronel José Júlio de Andrade. Veio do Ceará em 1882, bem antes de José Porfírio, e concentrou suas atividades na margem esquerda do rio Amazonas, penetrando pelos rios Parú e Jari, em direção à atual Guiana Francesa, mas tendo terras, também, no Aquiriqui, ao Norte do município de Porto de Moz. Instalou seu porto e seu centro comercial num lugar chamado Arumanduba, próximo à atual cidade de Almeirim. Tinha como gerente um cunhado conhecido como Duca Nena. Como o coronel José Porfírio, o coronel José Júlio elegeu-se deputado da província de 1889 a 1915. Explorava a seringueira, mas comercializava também a castanha, abundante naquelas terras conhecidas hoje como terras do Jari, conseguindo montar um verdadeiro império. Segundo um informante:

Na década de 1920, chegou a dominar quatro municípios: Almeirin, Porto de Moz, Prainha e Gurupá. Ele morava no Arumanduba, atual município de Almeirim e concentrava-se nas suas mãos a maior riqueza. ... As propriedades dele se estendem no rio JARI e nas terras do Aquiriqui – latifúndios enormes ... léguas e léguas de terra, onde criava mais de 15.000 cabeças de gados. (Relatório..., 1985, p.3)

As representações populares relativas a ele divergem. Os depoimentos recolhidos por Cardoso (2006) fazem dele uma pessoa generosa que “adotava crianças”, arranjava casamentos para seus trabalhadores, dava emprego. Diferentemente, e às vezes com os mesmos argumentos, os depoimentos recebidos em Porto de Moz de pessoas que trabalharam na castanha naquelas bandas falam do terror que José Júlio disseminava; alguns, entretanto, ponderando que, pessoalmente, “era homem bom; ruim era o seu gerente”. Em comunicação pessoal, um bom conhecedor daquela história, faz a média:

José Júlio era um déspota feroz, mas esperto. Reprimia os trabalhadores, que extraíam para ele, principalmente, castanha e látex, usando capangas, e aparecia pessoalmente como padrinho, acolhendo os afilhados – e fazendo filhos nas jovens incautas. (informação verbal)³

³ Comunicação anônima.

Sob as aparências de tranqüilidade e submissão a seus exploradores, os trabalhadores do campo sabem esconder a revolta que ferve em seu peito, mas, no dia certo, explode, como se sabe pela história rural do país e, mais próximo de nós, pela história dos camponeses migrados no Sudeste do Pará (Hébette, 2004, p.203-20, 221-44).

Em torno dos anos 1930, um cearense [Cesário] liderou uma revolta nos castanhais dele; se apoderou do barracão, pegou equipamentos e safra de castanha e levou para Belém, denunciando ao Governo a exploração do barracão. Abalou o prestígio de Zé Júlio. (Antônio, 1997)

Outro informante apresenta outra versão, possivelmente, já reelaborada:

O Cesário, nesta altura, mentalizou os companheiros seringueiros e, quando o navio Almeirim subiu até lá, o Cesário ocupou o navio; armou uma parte dos trabalhadores e juntos baixaram até Arumanduba, chegando lá à meia-noite. Ficaram presos os capangas e Duca Nena foi levado amarrado para Belém. Este, depois, morreu de desgosto. O Zé Júlio conseguiu ficar no Arumanduba, mas, daí para frente, acabou o regime de escravidão no Jari. (Relatório..., 1985, p.4)

Fazendo referência ao grande guerreiro libertador dos índios, moradores ainda têm na memória o hino da vitória:

*A revolução do Jari arrebeitou,
José Cesário foi o chefe que mandou.
Ajuricaba, Ajuricaba e Amapá,
O vapor fazia a manobra
Onde foram se encontrar.
Avança, rapaziada,
Que o caso está para tudo
Avança, vamos embora
Da Vila de Arumanduba (Anônimo).*

Essa história foi contada em romance por um homem político paraense e escritor, Jarbas Passarinho (1959) contemporâneo dos fatos. Era sob o regime de intervenção federal de Getúlio Vargas, sendo interventor no Pará o general José Magalhães Barata, um dirigente populista, que legitimava seu poder com a simpatia do povo... Foi o fim do prestígio e a ruína de José Júlio.

TEMPO DE TRANSIÇÃO (1920-1942)

Com a decadência da economia gomífera, muitos trabalhadores saíram daqueles municípios. Segundo o recenseamento do Brasil de 1920 (Brasil, 1928), a população de Gurupá tinha caído de 17 mil para 10.900 habitantes, chegando, em 1940, a 7.080; a de Porto de Moz caiu de 6 mil para 3.070; a

de Souzel, de 8 mil para 2.400; a da capital de 277.500 para 236.400. Esses números, principalmente os mais antigos, devem, entretanto, ser tomados com cautela, por diversos motivos – inclusive por possíveis remanejamentos municipais –, mas, com certeza, refletem um êxodo importante. No caso de Porto de Moz, pelo menos, deve-se levar em conta um agravamento à crise econômica: uma epidemia da gripe espanhola, em 1918.

Nesse ponto da reflexão, pode-se perguntar: mas, está-se falando, naquelas diversas datas, das mesmas famílias camponesas? A título de resposta... Por um lado, os descendentes de algumas personalidades públicas citadas por Campos e Abreu (1909, passim) e encontrados hoje em Porto de Moz, como os Barbosa, Tenório, Sanches, Carreira, Soares e, possivelmente, os Teixeira e Frós. Por outro lado, os depoimentos recentes de várias testemunhas locais com mais de oitenta ou noventa anos de idade. Juntos, esses dados representam um indício mínimo para pensar, pelo menos, a hipótese de que não são poucas as famílias que se fixaram na região. Mas, de qualquer maneira, não é de indivíduos ou unidades familiares que estamos falando; é de certa coletividade vivendo num determinado território e, como tal, persistente, independentemente de migrações e emigrações. Em 2005, ao participar pessoalmente de um levantamento organizado pelas entidades populares de Porto de Moz em algumas comunidades rurais ribeirinhas de oito rios e igarapés, foram entrevistadas 228 famílias, em 31 comunidades ou lugares rurais. Desse total, foram registradas onze famílias com membros ali residente há entre setenta e 78 anos; onze famílias com membros residentes há entre sessenta e 69 anos e onze famílias com membros residentes há cinquenta e 59 anos, num total de 33 famílias permanentes na mesma localidade desde, pelo menos, 1945 – alguns, desde o final da década de 1920.

Com a crise econômica e o desgaste político sofrido, José Júlio viu seu império desmoronar; vendeu uma quantidade de terras espalhadas; de mãos em mãos, 82 glebas descontínuas foram registradas artificialmente como uma só propriedade de 950 mil hectares no Laranjal do Jarí, adquirida posteriormente pela Jari Celulose (*Jornal Pessoal*, 2004, p.9). Outras foram adquiridas por um grande comerciante, pecuarista e industrial, Michel de Mello e Silva, cuja família dominou a política do município de Porto de Moz, ocupando a Prefeitura e a Câmara Municipal durante mais de trinta anos, com poucas interrupções. Em 1972, o filho dele, Alfredo, declarava no Cadastro de Terras Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nada menos do que 22 mil hectares (Incra, 1972). Má administração o levou à falência. A família Burlamarqui, do ex-juiz de direito da Comarca de Porto de Moz, Newton, adquiriu também sua parte de latifúndio.

Enquanto isto, por sua vez, pequenos seringalistas e funcionários de seringais abandonados, e, provavelmente, ex-seringueiros, tomaram posse de terras onde moram e trabalham até hoje; não as ocuparam com o mesmo

intuito dos empreendedores “responsáveis” e “inteligentes” cuja meta era o lucro máximo mediante exploração humana. No molde camponês, esses novos moradores definiram o espaço de terra, mata e água necessário à vida de suas famílias, numa perspectiva intergeracional, pensando sempre no futuro de seus filhos e netos, como fazem questão de ressaltar. É nessa perspectiva familiar e bem pragmática que desenvolveram seu sentido da preservação de seus recursos naturais. Lembram a esse respeito as normas de moderação ditadas pelo patriarca Antonico, importante comerciante do rio Cupari que, à preocupação familiar, acrescentava seus interesses comerciais, sobretudo em relação a prática moderada da pesca e da caça que alimentavam seu comércio (Moreira, 2003, p.114-7). Não enriqueceram.

Na falta de mercado para a seringa, essas famílias adaptaram seu modo de vida às novas circunstâncias, como foi o caso do velho Simão, neto de funcionário de seringalista. De pai vindo de Minas Gerais, tinha nascido em Souzel em 1924, num tempo, portanto, de crise da borracha. Com doze-quinze anos (isto é, nos anos 1930), trabalhava numa estrada de seringal de umas 150 a 180 árvores plantadas pelo avô e pelo pai. Simão lembra também, espontaneamente, a data de 1942, quando, com dezoito anos, trabalhava com seringa. Sua filha, Socorro, nascida em 1950, lembra que com dez anos ela via o pai voltar de sua jornada no seringal, a camisa toda rígida de látex, quase impermeabilizada (informação pessoal). Era o início da segunda fase da grande exploração do látex, sob a pressão dos países então “Aliados” na Segunda Guerra Mundial, de certo como recrutado compulsoriamente na qualidade de “soldado da borracha”. Comenta: “A seringa era um produto que dava dinheiro” (Simão, 2005). Simão mudou-se para o rio Quati, na várzea; foi cuidar do gado daquele grande pecuarista Mello e Silva; ao deixar desse serviço, cobrou dele e conseguiu – o que não era comum – indenização pelo trabalho feito, e comprou... duas vacas! Desenvolveu seu pedaço de terra com agricultura e pecuária, plantou tabaco, feijão, cana para fazer mel: “tinha fruta, tinha tudo tipo; tinha cafezal, laranjal, milho, muito jerimum, batata, melancia” (ibidem). Não comprava feijão, mas o vendia; hoje, o compra. O gado crescendo, teve de deixar a lavoura. Hoje, seu filho tem uns duzentos búfalos na várzea, uma atividade introduzida no Pará em meados do século XX, e uma nova identidade, a de criador. Um documento cartorial de 26 de junho de 1942 cita, pois, “Cândido Corrêa Soares e seus irmãos... todos criadores e residentes no rio Quati”, uma família, ainda presente, de pioneiros da borracha.

O DESPERTAR POLÍTICO (1980-1995)

Chegaram à região no início da década de 1980 religiosos católicos vindos da Itália, formados no espírito de abertura religiosa do Concílio Vaticano II

e adeptos da Teologia da Libertação promovida por teólogos latino-americanos. Os militantes de Porto de Moz evocam freqüentemente a figura dos padres Carlos e Nicolau. Para darem conta dessa imensa paróquia de 17 mil quilômetros quadrados, montaram um esquema complexo de organização territorial: localidades e comunidades, setores definidos pelos rios e igarapés, região pastoral (essa integrando as paróquias de Souzel e Gurupá); tal divisão permanece até hoje como base organizacional das entidades tanto civis quanto públicas. Ao mesmo tempo, organizaram sua pastoral por idade (crianças, jovens, adultos), por gênero e por eventos rituais (batismos, missas e casamentos). Um denso calendário de reuniões e encontros proporcionou aos militantes discussões, avaliações e propostas de ação relativas à sua vivência. Os religiosos introduziram em sua catequese e em sua pregação o léxico bíblico e a linguagem crítica das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que resultaram em demarcar ideologicamente os setores politicamente conservadores – principalmente urbanos e minoritários – e os setores politicamente “avançados” – sobretudo rurais e majoritários.

Padre Nicolau era particularmente crítico, e criticado por seu radicalismo político. Uma avaliação da pastoral registra: “Algumas comunidades da cidade acham que o padre Nicolau faz colocações pesadas na igreja (fala claro demais)” (Relatório..., 1990, p.4). Comentava-se que sua pregação afastava muitos fiéis das cerimônias religiosas.

Os padres discerniram alguns jovens promissores que enviaram a diversos cantos do país para participar de encontros de cunho religioso, é certo, mas, sobretudo, do campo social e político: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coordenação Nacional das Classes Trabalhadora (Conclat), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Partido dos Trabalhadores (PT). Lembram:

Foi na época que era pra nós tomar esse sindicato. Então, P. é um cara que pegou muitas formações, em Santarém, no Rio, em Brasília, em Belo Horizonte. A. foi um cara que saiu aí pra fazer vários cursos. (Idalino, 1997)

Nessas ocasiões, iniciaram-se a uma nova linguagem e a um novo discurso, o dos “movimentos sociais”, que pouco a pouco se impôs, expressão da consciência de seu ser fundamental de camponês. Daí vieram a criação de um diretório do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1985, a conquista em 1986 do sindicato pelego criado pela Prefeitura dois anos antes, e a Associação dos Pescadores Artesanais (Aspar) em 1994. Trocaram sua referência de “lavradores”, expressão ideologicamente unificadora de fazendeiros e trabalhadores, pela referência classista e sindicalista de “trabalhadores rurais”; num certo momento, passaram a se chamar também “camponeses”, termo que evocava as lutas camponesas dos anos de 1960 no país.

Foram anos de formação, de contestações sociais e de ação coletiva pela defesa de seus territórios tradicionais de vida – águas de pesca e matas.

A LUTA PELOS TERRITÓRIOS E PELO MODO DE VIDA CAMPONÊS (1995-2004)

Os primeiros anos de 1990 foram o início da entrada, no município de Porto de Moz, de empresários madeireiros expulsos dos municípios vizinhos, já despojados de suas madeiras nobres. À diferença dos modestos comerciantes-madeireiros locais, esses novos empresários vinham com seus equipamentos pesados que lhes permitiam a derrubada de árvores no coração mesmo da floresta e seu transporte mecânico para suas enormes balsas. Instalaram dezenas de canteiros madeireiros espalhados pela mata. Era também uma fase de pujança da exploração comercial e “mineira” do pescado.

O avanço de madeireiros na floresta e a entrada nos rios internos dos barcos “geleiros” equipados de grandes malhadeiras assustaram os moradores que sentiram ameaçados seus territórios tradicionais e seu próprio modo de vida – um modo de vida construído e reconstruído ao longo do tempo e em espaços diversos. Conforme sua prática de reflexão e de planejamento coletivo e sob uma inspiração mais conciliadora de um novo pároco, brasileiro, diversas igrejas locais e as organizações populares programaram, em 1995-96, uma série de seminários abertos a todos, até mesmo às instituições públicas, que tomaram os nomes de “Seminários sobre recursos naturais” e de “Seminário sobre recursos naturais: madeira e pescado”. Chamaram para assessorá-los lideranças mais organizadas do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) e uma equipe de pesquisadores do Laboratório Agro-Ambiental da Transamazônica (LAET), ambos de Altamira. Nesses seminários, algumas comunidades apresentaram e aprimoraram um projeto de delimitação, não mais virtual como era, mas física, de seus territórios de vida. Nos anos seguintes, quatro comunidades abriram piques em torno de seus respectivos territórios, identificando por GPS suas referências geofísicas, então registradas por marcos no meio da floresta; faziam ao mesmo tempo um levantamento amostral dos recursos naturais disponíveis. Outras comunidades seguiram a iniciativa.

Nós fomos com os técnicos pra o mato e lá fizemos uma parcela, né. Medimos um quarto de uma hectárea e ali fizemos um levantamento do potencial daquele quarto de hectárea... do LAET, e um técnico também florestal do movimento. Então, acho que foi um grande avanço. (Idalino, 1998)

Nos seminários e nessa prática de campo, os camponeses incorporaram à sua experiência novos vocábulos e novas noções que lhe deram maior autoconfiança, segurança e desenvoltura para dialogar – ou brigar – com os “intelectuais”, como diziam, do governo ou das ONGs. Foi uma grande aprendizagem. Foram generosos na medição de seu território, variando

de 7 mil a 13 mil hectares, incluindo reserva coletiva, áreas comunitárias e pedaços de chão para uso familiar em torno das residências, numa perspectiva de longo prazo:

[Uma] terra que será suficiente para todas as famílias que fazem parte da comunidade, trabalharem e retirarem o sustento para sua sobrevivência, e ainda garantir um pedaço de chão às gerações futuras. (Socorro, 1997)

Não bastava delimitar; precisava também organizar a exploração. O contato com sindicalistas e pesquisadores da Transamazônica, muito preocupados com o desmatamento descontrolado nos lotes dos colonos ou nas fazendas de gado, inculcaram nos camponeses o conceito de recurso limitado e esgotável. Algumas comunidades já se tinham sensibilizado, fazia tempo, com esses conceitos, e mais, com a percepção ecológica da interdependência e do concatenamento do conjunto desses recursos.

O tratamento da questão da pesca foi mais complexo: fizeram alguns seqüestros de equipamentos e até de barcos invasores de seus territórios pesqueiros tradicionais; houve alguns acordos internos de pesca (proibição de uso de redes malhadeiras, respeito ao período de piracema, proibição de entrada de barcos geleiros no lago do Urubu, mas interesses divergentes tornaram difíceis acordos mais amplos.

Meus pais, os meu tios nunca usaram rede pra jogar no rio pra pegar peixe, não senhora; nunca nós adotemo essa, esse tipo de pesca aqui nesse rio Quati. Todo tempo, nós temo isso, que, quando nós cisma, que passou um barco pra querer roubar peixe com esse tipo de pesca, se junta é muito homem, e vai lá. E nós tem que jogar pra fora, de qualquer maneira, porque nunca nós adotemo esse tipo de pesca. Então, é por isso que, aqui nós ainda temos fartura, é. (Neidi, 1997)

UM GOLPE DE GRAÇA À DESTRUÇÃO DE SEU MODO DE VIDA

Desde os seminários, o projeto de uma reserva extrativista (Resex) germinava na mente de moradores, que já tinham ouvido falar dessas Resexs, em reuniões e encontros, e tinham visitado algumas das primeiras no Acre. Fizeram mil reuniões com os órgãos oficiais e receberam o apoio do Ministério Público. Mas as empresas madeireiras continuavam cercando as áreas comunitárias e estavam organizando-se, também, local, regional e nacionalmente, inclusive, por sua Associação de Indústrias Exportadoras de Madeira (Aimex) do Pará. A luta contra os madeireiros e geleiros destruidores foi dura, e nem sempre a mais adequada. Instigados pela ONG Greenpeace, resolveram fazer, em 2002, um audacioso ato de impacto: fechar o largo rio

Jaraucu às balsas ilegalmente carregadas de madeira nobre, inclusive as do prefeito e de sua família. Por pouco, a operação não virou drama: à noite o irmão do prefeito da época tentou lançar sua balsa, já apreendida pela polícia, contra as centenas de pessoas, adultos e crianças, dormindo em barcos ligados uns aos outros por correntes. Como Cesário em Arumanduba, os camponeses subiram no barco do madeireiro e o dominaram. Poucas horas depois, no retorno à cidade, as tropas dos madeireiros, avisadas e lideradas pelo próprio prefeito, fizeram do centro da cidade um campo de guerra, agredindo, com incrível violência, camponeses e repórteres convidados. A cena foi divulgada no dia seguinte pela imprensa e televisão nacionais. Os camponeses, nem por isso, esmoreceram. Apesar de interesses pessoais às vezes diversificados, mantiveram sua coesão. Pressionaram, com muito vigor, o Ministério Público, o Iterpa, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), fazendo deles aliados.

Em novembro de 2004, o presidente da República decretou a criação, no município, da Reserva Extrativista Verde para Sempre com extensão de 1.300.000 hectares – a maior do país – com cerca de 1.500 famílias, expulsando de vez as empresas madeireiras. Uma nova metamorfose garantindo àqueles camponeses maior segurança no território e mantendo, dentro dele, a áreas comunitárias já estabelecidas. Ao preço, talvez, da concessão ao estado de uma parcela de sua autonomia. Cabe-lhes agora planejar seu plano de uso.

Com o tempo, o panorama físico e social tem se diversificado, em conformidade com o meio físico e em função do dinamismo das comunidades. De 1970 a 2000, a população rural de Porto de Moz tinha duplicado, mantendo-se majoritária no município. Os tipos e as formas de produção evoluíram. A pecuária de búfalos dominou nas áreas de várzea; algumas comunidades estão tateando no uso sustentável da madeira e na produção de artesanato; outras se mantêm num extrativismo diversificado; os pescadores estão se organizando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu do pressuposto de que o campesinato atual das áreas amazônicas ditas tradicionais é formado por produtores rurais diferenciados, incluindo agricultores, pescadores, extrativistas vegetais. E adotou como hipótese um processo de diversificação de um campesinato regional do Baixo Amazonas e do Baixo Xingu, ao longo do tempo e em ecossistemas e lugares diversos, em geral impostos por interesses alheios à região (de seringalistas, latifundiários, empresas madeireiras e pesqueiras).

Verificou-se que, nas duas últimas décadas, a pressão crescente desses interesses econômicos sobre os territórios camponeses constituídos e consolidados após a segunda campanha da borracha colocou para esses camponeses a alternativa de perder o acesso, o controle e o uso de seus recursos naturais – base de sua produção material e de sua reprodução social – ou de se organizar e resistir. Foram escolhidas como caso relevante de resistência as comunidades rurais de um dos municípios mencionados, o de Porto de Moz.

Trata-se de uma luta camponesa típica da Amazônia moderna, por razões ecológicas e históricas, cuja referência simbólica foram os empates dos seringueiros do Acre. Uma luta cujas armas foram e são a vontade de autonomia e a organização coletiva camponesas. A originalidade de Porto de Moz consiste no fato de a resistência não ter sido de um só grupo profissional – os seringueiros –, mas de uma diversidade de produtores e de organizações rurais unidas, no ponto de partida, pelo pertencimento comunitário e identitário à Igreja Católica, na linha da Teologia da Libertação e, posteriormente, identificados por referências seculares a suas próprias organizações.

À diversificação camponesa verificada no tempo e no espaço no Baixo Amazonas e no Baixo Xingu chamamos de metamorfose. Por essa metáfora, por um lado, excluimos a idéia de uma ruptura entre condições e modos de vida e, por outro, sugerimos um processo transitivo de condições e modos de vida camponeses para outros, portadores de identidades específicas. Essas entidades foram forjadas tanto pelos ecossistemas (terra firme e floresta, rios e várzea), que condicionam o tipo de produção do camponês, quanto pelas representações que nascem dessa interação com a natureza, pela linguagem e pela referência à etnia e ao estatuto jurídico (escravo-livre; subordinado-autônomo; arrendatário-posseiro-proprietário; gestor individual-coletivo de seus bens e recursos). A Resex de Porto de Moz é o resultado – e isso pode se dizer, também, do município de Gurupá – de uma reforma agrária original que conjuga em sua gestão campesinato e estado – uma forma de autonomia, na verdade, tutelada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. *Recenseamento do Brasil 1920*. IIª Parte, Rio de Janeiro: Typ. Estatística, 1928. v. 4.
- BRAUDEL, F. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- CAMPOS, A. ABREU, L. *O Município de Souzel*. Belém: Typ. da Livraria Escolar, 1909.
- CARDOSO, D. M. *O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local*: Rio Arraiolos – Almeirim/Pará. Belém, 2006. Tese (Doutorado) – Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

- CARVALHO, H. M. de. *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTRO, F. de. *A Selva*. 29.ed. Lisboa: Guimarães & Cia., 1977.
- CUNHA, E. da. *Um paraíso perdido*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- DUBY, G. *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu. Séc. VII-XII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- . Avant-propos. In: DUBY, G.; WALLON, A. (Dirs.). *Histoire de la France rurale*. Paris: Seuil, 1975. v.1.
- GALESKI, B. *Sociologia del campesinado*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.
- HÉBETTE, J. Os grandes projetos. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EdUFPA, 2004. v.3.
- . A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EdUFPA, 2004. v.3.
- . O grito dos posseiros no Grande Carajás. In: HÉBETTE, J. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EdUFPA, 2004. v.3.
- HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.; MANESCHY, C. Contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: ——— (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EdUFPA, 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relação de cobrança relativa ao Imposto Territorial. Pará. Município de Porto de Moz. Brasília: INCRA, 1972.
- JORNAL PESSOAL, ano XVII, n. 321, abril 2004.
- MARTINS, J. de S. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. *Tempo social*. Rev. Sociologia. USP, São Paulo, 1(1):131-48, 1. sem. 1989.
- MENDRAS, H. *Sociedades camponesas*. Trad. M. J. da Silveira Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MONTENEGRO, A. (Org.). *Álbum do Estado do Pará: oito anos de governo 1901-1908*. Paris: Imprimerie Chaponet, 1908.
- MOREIRA, E. da S. *Tradição em tempo de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA*. Belém: EdUFPA, 2003.
- PARÁ (Província de). *Discurso do Vice-Presidente João Maria de Moraes*, 15.08.1946.
- PASSARINHO, J. G. *Terra encharcada (Romance)*. Belém: [s.n], [1959?].
- PRADO JR., C. *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação dialética da história brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PAROQUIAL, Porto de Moz, 1990. 7p. Mimeografado.
- RELATÓRIO DO III ENCONTRO DOS LAVRADORES EM PORTO DE MOZ, Porto de Moz, 1985. 9p. Mimeografado.
- SHANIN, T. *Naturaleza y lógica de la economía campesina*. Barcelona: Anagrama, 1976.
- TAVARES BASTOS, A. C. *O Valle do Amazonas*. Rio de Janeiro, 1866.
- VIANNA MOOG, C. *O ciclo do ouro negro*. 2.ed. Belém, 1975.
- WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Trad. L. L. de Oliveira. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Entrevistas

Antônio, 1997 (secretário de Agricultura)
Idalino, 1997, 1998 (presidente do STR)
Jomaba, 2007 (coordenador do Comitê do Desenvolvimento Sustentável de P. de M.)
Manoel, 1997 (morador de Bom Jesus)
Neidi, 1997 (moradora de Bom Jesus)
Socorro, 1997; 2008 (militante do rio Quati)
Simão, 2005 (morador de Bom Jesus)
Santa Vieira, 2007 (moradora do Quilombo Tauerá)
Zacarias, 22007 (moradora do Quilombo Maripi)